

‘Efeito da agenda micro só aparece em 3 anos’

Economia

Mas, para secretário do Tesouro, impacto das medidas nos juros será ‘surpreendente’

ADRIANA FERNANDES
e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – As medidas microeconómicas aprovadas na semana passada pelo Congresso Nacional ainda levarão de dois a três anos para mostrar todos seus efeitos, mas quando isso acontecer a queda na taxa de juros será “surpreendente”, na avaliação do secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. Alguns projetos, admite, como o que traz incentivo à construção civil, poderão ter uma resposta rápida. Levy reconhece, porém, que há um grande desafio no caminho: controlar a despesa pública e “fortalecer o investimento público de maneira organizada e prudente, ao mesmo tempo que se consolidam as condi-

ções para o investimento privado”. Entre as medidas microeconómicas comemoradas pelo governo está a aprovação da Lei de Falências pelo Senado. Agora o projeto parte para avaliação da Câmara, a última etapa de seus 11 anos de tramitação. A Câmara também votou a Lei de Inovação, que cria mecanismos de aproximação entre o setor privado e os centros de pesquisa. Aprovou, ainda, a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), responsável pela implementação da política industrial.

Mantido o rumo, disse Levy, será possível reduzir a dívida pública como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) e estabelecer condições favoráveis ao crescimento econômico. O secretário avaliou que não há ris-

co de um “apagão de infra-estrutura” em razão da retomada da atividade econômica, como vêm apontando economistas e empresários. “O investimento em infra-estrutura será primordial no governo Lula”, assegurou. “Mas isso não quer dizer

que o governo terá de gastar muito.” Sem dar detalhes, ele informou que será necessário “moderarizar” a forma como o investimento público é conduzido. Segundo Levy, o governo está se apa-

relando para focar melhor seus gastos, de forma a obter resultados rápidos mesmo com recursos limitados. A prioridade, explicou, será completar projetos que faltam para integrar a infra-estrutura já existente. Só depois disso, serão iniciados projetos novos.

Além disso, ele ressaltou que

é possível obter ganhos de produtividade com melhor gerenciamento. “Em muitos casos, a questão é mais de organização institucional do que de recursos”, disse Levy. Ele citou como exemplo os portos. Na sua opinião, uma melhor articulação entre docas, operadores e órgãos dos governos pode aumentar a produtividade “de maneira significativa”. Com isso, será possível assegurar recursos para outros investimentos.

Outro exemplo citado é o de Minas Gerais. A conclusão do trecho que falta da duplicação da rodovia Fernão Dias, mais a construção de uma estrada de acesso ao aeroporto internacional de Confins (na região metropolitana de Belo Horizonte) “podem dar um outro impulso” à economia local. “Um esforço desse transcende questões políticas, e certamente tem um efeito muito positivo na economia. Se for feito com foco, pode ser conseguido dentro do quadro fiscal que já existe.”

13 JUL 2004
NÃO HÁ
RISCO DE
APAGÃO
LOGÍSTICO

Marcos D'Paula/AE

Brasil **ESTADO DE SÃO PAULO**